

## Os brancos e as religiões do Rio: elite e cultos afro-brasileiros na ótica de João do Rio

DIOGO MASSOCHIN\*

Uma das melhores maneiras de compreendermos a sociedade em que vivemos é atentar para as observações que as pessoas fazem sobre o mundo que elas vivem. Quando esse mundo sofre mudanças drásticas, os comentários tendem a ser maiores.

A primeira década do século XX é emblemática para a cidade do Rio de Janeiro: tendo se tornado a capital da República em 1889, a cidade passa por drásticas transformações, que a remodelam completamente e interferem no cotidiano de sua população. Reformas urbanísticas no centro da cidade, como a abertura de novas avenidas, a remodelação ao modelo Haussmann; a destruição de cortiços, com a expulsão de famílias pobres para outras áreas; e além das mudanças físicas, a mudança nos modos, nos costumes, também ocorre, e exige desse novo cidadão carioca a adequação a esses novos modelos sociais, enquanto passeia pela recém-inaugurada Avenida Central: tudo para se enquadrar no mundo civilizado.

Com esse cenário, temos um escritor que comentou a sua cidade e os seus costumes com uma riqueza ímpar: Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio. O próprio pseudônimo do autor sugere uma relação bem estreita entre o escritor e a sua urbe. Além do mais, João do Rio é um autor único porque, como jornalista, comentava a cidade em suas crônicas; narrava o dia a dia dos cariocas para os seus conterrâneos. E fazia isso de uma maneira etnográfica, quiçá quase como um antropólogo, narrando espaços do Rio de Janeiro que não eram visíveis a todas as pessoas. E João do Rio retrata não apenas as mudanças físicas do Rio de Janeiro, mas também a dos costumes, afinal de contas, a reforma não era apenas urbanística, era mais ampla. Pelo fato de ser um escritor que viveu a *belle époque* carioca, tendo sido eleito para a Academia Brasileira de Letras, João do Rio foi quase que completamente esquecido após a sua morte, deixando de figurar nas prateleiras de livrarias e discussões literárias. Ultimamente, a crítica voltou o seu interesse ao autor, seja pela riqueza de sua obra, seja pelo período emblemático que ele contou, seja por mera curiosidade

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Uma versão mais completa sobre o tema pode ser encontrada em meu Trabalho de Conclusão de Curso: João do Rio em branco e preto.

Ao trabalharmos com a obra de João do Rio, pretendemos ver além de suas linhas e suas descrições: buscaremos o que se convencionou chamar de “entrelinhas” – informações ou pontos de vista do autor que não são expressos diretamente, mas que estão presentes, pois fazem parte de sua maneira de ver o mundo. E, além do mais, a nosso ver, pensar esse “entrelinhas” é o que realmente demonstra a grandiosidade da obra de um escritor: obras com um amplo leque de interpretações mostram a sua riqueza. Devemos apenas lembrar que muitas vezes buscamos algo que, possivelmente, não exista: a maneira correta de interpretar uma obra literária. As diversidades de interpretações não podem se excluir mutuamente – devem se completar. Para essa interpretação, utilizaremos a obra *As religiões do Rio*, para analisarmos o retrato que o autor faz dos brancos que frequentam as religiões afro-brasileiras.

Partimos do pressuposto de que a obra de João do Rio, ao mesmo tempo em que descreve o seu tempo, ou descreve o real daquele tempo, não pode ser considerada em sua totalidade a veracidade do Rio de Janeiro de sua época. Devemos ter consciência disso e entendermos que o autor utiliza-se (mesmo que inconscientemente) de uma verossimilhança. Por mais que fosse um jornalista que tinha arroubos literários, é-nos impossível caracterizar a sua obra como uma narrativa perfeita de sua cidade e de seus modos de vida. Devemos trabalhar a sua literatura como *uma* das visões possíveis do seu tempo. Ou seja, temos de interrogar a sua obra como fonte, mas fazê-lo de uma maneira apropriada, como

*[a literatura sendo] uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. [a literatura é] Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo (PESAVENTO, 2006:22).*

O que temos que captar e compreender na obra de João do Rio, então, seria essas “imagens sensíveis do mundo”, mundo esse reduzido à cidade do Rio de Janeiro do início do século XX. Mas devemos lembrar que “a verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada” (PESAVENTO, 2006:22), logo, não pretendemos analisar nenhuma personagem histórica retratada por João do Rio, mas sim entender como o autor percebia a população carioca atuando em sua sociedade naquele período.

E, para complementar ainda mais o que estamos dizendo, entendemos que

*Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é a regra de ação desse historiador detetive, que deve exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos (PESAVENTO, 2005:64 grifo da autora).*

Portanto, tentaremos fazer o papel desse historiador que olha para esses detalhes, que percebe as “entrelinhas” como falamos acima. Divulgar para as pessoas um fator que nós observamos na obra do cronista, uma observação que ainda não foi vista, notada.

Para emprendermos esse trabalho, devemos destacar um ponto que muitas vezes é deixado de lado quando o assunto é literatura. Lembramos que um escritor é, antes de tudo, um ser humano como qualquer outro. Normalmente temos a tendência de alçá-los a um pedestal devido às suas qualidades literárias, tratando-os como gênios ou pessoas superiores. Não é assim que entendemos a questão: os escritores são homens de seu tempo, vivendo um determinado contexto. Excluí-los de seu contexto e tratar a sua obra como algo independente do mundo que os cerca, para nós é impossível. Caracterizá-los também como seres superiores por causa de seu talento para as letras também não é um caminho que seguiremos.

E continuando com os pontos que não nos propomos a seguir, apenas mais uma observação acerca do que não queremos fazer aqui:

*A “realidade” que ele [historiador] busca não se deixa reduzir aos dados imediatos da experiência sensível nos quais ela se entrega; ele não visa dar a ver, ou a sentir, mas construir sistemas de relações inteligíveis capazes de explicar os dados sensíveis (BOURDIEU, 2006:14).*

Não se trata de ser um amigo das belas artes aqui, de endeusar a arte como sendo em si mesma e para si mesma; não concordamos com a visão de uma dimensão incorpórea, de uma dimensão intangível (SEVCENKO, 1989:247); cabe analisá-la, em seu contexto, pela perspectiva de seu autor, e estudando também o público que a publicação alcança.

João do Rio é muito lembrado quando o tema proposto é o submundo carioca do início do século XX. Afinal de contas, ele como repórter mostrou, através de suas observações do cotidiano da cidade, um Rio de Janeiro que era renegado ao segundo plano e, muitas vezes, tido como invisível por parte da sociedade. Foi através de suas reportagens que muitos leitores da época tomaram conhecimento de questões do dia a dia da cidade, como o funcionamento dos cultos afro-brasileiros ou mesmo o seu significado para os seus praticantes. Portanto, entender a sociedade carioca do período passa pela leitura de João do Rio.

Cronista esse que tinha uma posição peculiar nessa sociedade. Afinal de contas, onde inserir-se-ia João do Rio, que não era da elite ou de família tradicional, mas que também não era pobre ou suburbano? João do Rio identificava-se com a elite carioca do período (como, por exemplo, mostrando-se favorável às reformas da cidade e sendo um dos mais acalorados defensores da necessidade de civilizar o Brasil), não significando isso que essa elite o aceitava complacentemente em seus meios. E o fato de querer se inserir nesse círculo social significava que João do Rio teria que submeter-se às suas normas, ao seu *modus operandi* (ELIAS; SCOTSON, 2000:26). Mas mesmo seguindo a cartilha comportamental da elite carioca, João do Rio, no seu ofício de repórter, se submeteria a papéis que não são característicos dessa mesma elite (ao menos em tese): frequentaria, como repórter, os locais de práticas de cultos afro-brasileiros, ou seja, o local por excelência dos *outsiders*. Um pequeno ponto de vista do modo como esse grupo de pessoas era percebido pelos estabelecidos pode ser exemplificado:

*O contato mais íntimo com eles [outsiders], portanto, é sentido como desagradável. Eles põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância dependem o status de cada um dos seus semelhantes no grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior. Entre os já estabelecidos, cerrar fileiras certamente tem a função social de preservar a superioridade de poder do grupo. Ao mesmo tempo, a evitação (sic) de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsider tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de “medo de poluição” (ELIAS; SCOTSON, 2000:26).*

Portanto, João do Rio deixa as fronteiras de sua condição de estabelecido para ir frequentar os locais que eram considerados *outsiders*. Lembrando que, nesse caso, mesmo que a elite estabelecida tenha um poder aquisitivo muito maior do que o dos *outsiders*, essa relação entre eles dá-se muito mais pelo conceito de ser civilizado ou não. Em um contexto onde civilização era a palavra da moda, é através dessa classificação, do saber frequentar a sociedade ou não, que se caracterizará o indivíduo em uma dessas duas divisões sociais.

Daí que João do Rio se supunha um estabelecido, pois em sua visão ele era um civilizado, um defensor do progresso; e além do mais ele desconsiderava qualquer tipo de cultura popular. Mas não seria simplesmente por esses fatores que a alta classe incorporaria João do Rio ao seu grupo, simplesmente. Tem-se, portanto, a tênue posição social de João do Rio.

Voltando ao ponto anterior, entendemos que a obra de João do Rio, no que toca à descrição das classes populares, do submundo, das culturas afro-brasileiras, já foi devidamente estudada. Tentaremos dar a nossa contribuição analisando em sua obra a exposição feita pelo autor dos costumes e práticas da elite carioca do período.

Destarte, como são retratadas as religiões frequentadas por essa elite? E como essa elite é retratada quando ela pratica alguma forma de religião afro-brasileira? Lembremos que, independentemente de como é rotulado e de como são estudadas as suas metodologias, João do Rio era repórter, e que as suas reportagens atingiam um grande público – vide a vendagem posterior do livro *As religiões do Rio*.

O primeiro relato sobre essa fluidez de espaços, esse intercâmbio entre o que se convencionou chamar de erudito e popular aparece indiretamente. Enquanto João do Rio escuta de seu interlocutor a explicação do funcionamento dos cultos afro-brasileiros, este começa a nomear ao repórter famosos feiticeiros da cidade e, entre eles, estava:

- (...) a célebre Xica de Vavá, que um político economista protege...
- A Xica tem proteção política?
- Ora se tem! Mas que pensa o senhor? Há homens importantes que devem quantias avultadas aos alufás e babalaôs que são grau 53 da Maçonaria (JOÃO, do RIO, 2012:21).

Seguindo o diálogo temos aqui o relato de uma famosa feiticeira do Rio de Janeiro que um político protegia. Além disso, o informante do autor afirma que pessoas importantes da maçonaria devem dinheiro à alufás e babalaôs. Não apenas isso, mas, ao questionar a estupefação de João do Rio em saber que feiticeiros eram protegidos por políticos, o interlocutor devolve a pergunta, demonstrando certa ingenuidade do repórter: “- Ora se tem! Mas que pensa o senhor?”.

Mas o que pensa o senhor? Falando desse modo, o informante de João do Rio indica que essa proteção poderia ser muito mais corriqueira do que supunha a inocência do repórter. E se essa proteção era considerada habitual, significa que a frequência dessas pessoas “importantes da maçonaria” à terreiros ou outros locais de práticas de cultos afro-brasileiros existia em maior número do que a pureza de estilo da elite carioca gostaria de demonstrar.

Além do mais, podemos conjurar que tipo de proteção era essa. Econômica, no sentido de financiar os cultos; ou política, no sentido de protegê-los. Como é sabido a Constituição

Republicana promulgou a liberdade religiosa, entretanto, o Código Penal do período punia a exploração da credulidade pública e o uso comercial de superstições. Assim, não fica difícil supor que as religiões afro-brasileiras eram frequentemente enquadradas pela polícia com base na infração do Código Penal. De todo esse quiproquó legislativo podemos tirar que, muitas vezes, era interessante ter a proteção de alguém “importante da maçonaria”. Afinal de contas, se os terreiros não tinham nenhuma garantia legal de seu funcionamento, onde muitas vezes eram considerados como práticas religiosas de segundo escalão, ter a proteção de alguém influente na sociedade poderia servir de garantia de sossego, ou, ao menos, uma vista grossa maior por parte da polícia. Pensando desse modo, nota-se que a participação de pessoas da alta sociedade em cultos afro-brasileiros poderia significar mais do que um sincretismo, ou mesmo uma fusão de crenças, por parte desses dúbios fiéis: poderia significar a própria sobrevivência do terreiro.

E, continuando ainda neste pequeno excerto do texto, com outra observação feita pelo informante de João do Rio: “Há homens importantes que devem quantias avultadas aos alufás e babalaôs”. Quantias avultadas: muito dinheiro. Ora, pode-se dever muito dinheiro a alguém de duas formas: quando um serviço é custoso; ou quando um serviço é executado várias vezes. Sendo considerados socialmente como populares, talvez seja difícil enquadrar os cultos afro-brasileiros como de grande estipêndio; assim, restar-nos-ia a segunda hipótese: a de que a frequência a esses cultos por essas pessoas era maior do que se supunha. Isso indica que não só se procuravam os pais de santo ou as feitiças, mas que, ao retornar a eles, criava-se um vínculo, seja ele de fé ou de superstição. E, portanto, se esse vínculo existia, era porque essas formas religiosas estavam fortemente presentes em pessoas da alta sociedade carioca da época.

Se seguirmos a leitura do conto, mais à frente encontraremos uma seção inteira dedicada ao que João do Rio classificou como *Feitiço*. A primeira frase dessa parte do texto é a seguinte: “Nós dependemos do feitiço”. Considerando que o pronome “nós” enquadra o autor e mais alguém, devemos nos remeter ao grupo a que ele pertence (ou que ele supunha pertencer). “Nós” aqui, portanto, indicaria a elite e a burguesia carioca, as pessoas de bem, ordeiras, trabalhadoras, brancas e católicas. Ou seja, fazer uma afirmação, injuriosa diríamos, em um jornal da capital federal do país, em um contexto que a imagem que a cidade deseja

transmitir sofre intensas transformações, não significa audácia ou um desejo de sensacionalismo por parte de João do Rio – significa que essas práticas eram mais cotidianas e dissipadas entre a população do que a imagem oficial que se queria transmitir.

E fazendo um parêntesis aqui, esse “nós” deixa bem clara a posição de João do Rio em relação aos outsiders: mesmo não sendo um completo estabelecido, ele não deixa de cumprir o seu papel em ressaltar a sua superioridade em relação aos outsiders, tentando assim criar um vínculo com o grupo estabelecido.

Para João do Rio a dependência do feitiço não é um paradoxo, mas fonte de “observação longa e dolorosa”, como se esse fosse um “problema de hereditariedade e psicologia”. Os cariocas vão “buscar trêmulos a sorte nos antros”, e relata-nos isso o cronista porque, segundo o próprio, ele passou três meses entre os feiticeiros, “cuja vida se finge desconhecer, mas que se conhece na alucinação de uma dor ou da ambição”. Continuando ainda com o autor:

*Vivemos na dependência do Feitiço, dessa caterva de negros e negras, de babaloxás e iaôs, somos nós que lhe asseguramos a existência, com o carinho de um negociante por uma amante atriz. O Feitiço é o nosso vício, o nosso gozo, a degeneração. Exige, damos-lhes; explora, deixamo-nos explorar, e, seja ele maître-chanteur, assassino, larápio, fica sempre impune e forte pela vida que lhe empresta o nosso dinheiro (JOÃO, do Rio, 2012:50-51).*

A conclusão que se chega é que poderia ser somente a elite carioca que assegurava a existência dos cultos afro-brasileiros. As mesmas pessoas que em uma mão atiravam pedras contra os terreiros, pela outra lhes entregava dinheiro após as consultas. Não podemos simplesmente admitir que a alta classe do Rio de Janeiro era a exclusiva financiadora desse projeto. Afinal de contas, o civilizado – e o correto – era a prática do catolicismo e, mesmo que se tolerassem outras formas religiosas, as práticas oriundas dos africanos deveriam ser renegadas, se possível extirpadas da sociedade.

Mas a riqueza da passagem acima está em indicar não apenas que se insistia em esconder uma prática religiosa que era comum a todas as classes sociais do Rio de Janeiro, mas também que a elite branca do Rio de Janeiro recorria a essas práticas assiduamente, e que, de certo modo, essas pessoas depositavam uma certa fé nesses *feitiços*. Afinal de contas, se existia essa forte dependência, se as pessoas iam e voltavam a esses “antros”, a essas casas

suas, era porque as visitas não eram mera curiosidade ou uma forma de conhecer outras culturas: isso nos indica que uma fé era depositada ali. Lembremos o caso narrado por Machado de Assis em *Esau e Jacó* no começo do romance, onde a mãe dos gêmeos Pedro e Paulo vai até o morro do Castelo para consultar com uma cabocla o futuro dos seus filhos: e a sua felicidade fora tanta pela previsão que acabara pagando cinco vezes o preço da consulta (ASSIS, 1982: caps. I e II).

Um romancista do quilate de Machado de Assis simplesmente não fantasiaria a consulta à cabocla do morro do Castelo; se lá é narrado, é porque esse era um costume corriqueiro na cidade. Lembremos ainda que no desenrolar do romance a mãe dos gêmeos será agraciada com o título de baronesa. Ora, uma baronesa fazendo consultas com o populacho, seria isso possível? Machado de Assis não teria também o direito de fantasiar? Bem, retornemos a João do Rio:

*Toda essa gente [feiticeiros] vive bem, à farta, joga no bicho como Oloô-teté, deixa dinheiro quando morre, às vezes fortunas superiores a cem contos de réis, e achincalha o nome de pessoas eminentes da nossa sociedade, entre conselhos às meretrizes e goles de parati. As pessoas eminentes não deixam, entretanto, de ir ouvi-los às baiucas infectas (...) (JOÃO, do Rio, 2012: 52 grifo nosso).*

E continuando ainda, quando o repórter interpela um feiticeiro sobre os segredos de sua arte, este tergiversa, mas não deixa de comentar:

- V. S<sup>a</sup>. não acredita? É que ainda não viu nada. Aqui está quem faz um deputado! O...  
Os nomes conhecidos surgiam, tumultuavam empregos na polícia, na Câmara, relações no Senado, interferências em dasaguisados de famílias notáveis.  
- Mas como se faz isso?  
- Então o senhor pensa que a gente diz assim o seu meio de vida? (JOÃO, do Rio: 2012:55).

Machado de Assis fantasiava com a baronesa. João do Rio observava as pessoas eminentes, os nomeados ao Senado, as famílias notáveis. O diálogo entre o romance e a crônica jornalística complementam os aspectos dessa sociedade.

Segundo o próprio João do Rio, como está narrado na crônica, todas essas informações levantadas acerca dos feiticeiros e de seus frequentadores deram-se graças às visitas *in loco* feitas pelo repórter. Em pouco tempo o cronista transformara-se em um verdadeiro

conhecedor dos feitiços, onde as transcrições por ele feitas são relatos riquíssimos dessa outra parte do Rio de Janeiro; a outra parte renegada, normalmente. Não nos deteremos aqui na abundância de detalhes deixados por João do Rio acerca dessas práticas culturais; o nosso ponto é outro. Evidentemente, como João do Rio afirmou, ele observou todos esses cultos “diante dos meus olhos de civilizado...”, concluindo assim rapidamente que “todos [os feiticeiros] entretanto, são de uma ignorância absoluta e afetam intimidades superiores, colocando-se logo na alta política, no clero e na magistratura” (JOÃO, do Rio, 2012:55-56).

Bem, está mais do que explícito o ponto pelo qual João do Rio partia: o de total desconfiança, preconceito, incredulidade, superioridade, enfim... Para ele, como também para o grupo social com o qual ele se identificava, essas práticas culturais afro-brasileiras eram inferiores, iam de encontro ao processo civilizador pelo qual passava o Brasil, em especial o Rio de Janeiro, e não deveriam ser toleradas pela elite do período. Ser praticada por essa elite, isso então seria quase como uma afronta aos bons costumes e ao modelo de civilização ocidental.

Entretanto, mesmo que narradas por essa perspectiva de superioridade social por parte do repórter, como que desprezando a cultura afro-brasileira, as observações nos interessam como uma anedota da vida social do carioca do período. Ao mesmo tempo em que o aceitável era fazer o *footing* pela Avenida Central ou subir a Rua do Ouvidor, essa elite carioca também não deixava de ir aos antros de macumba e candomblé, frequentá-los. As exatas razões pelas quais essas visitas se davam ficam-nos difíceis elencar aqui – podemos apenas presumir: descrença com o catolicismo então vigente; indicação de amigos que alcançaram o que desejavam através dos babaloxás; verdadeira fé nos cultos afro-brasileiros; mera curiosidade; enfim. Não é aqui que devemos nos prender e tentar estabelecer os reais motivos dessas visitas da elite carioca aos centros de candomblé e outros. Devemos atentar para o fato que, mesmo as práticas religiosas afro-brasileiras sendo consideradas inferiores (vide os comentários do próprio João do Rio), essa elite, que considerava-se mais esclarecida do que o povo em geral, não deixava de lá ir. Publicamente renegadas pelos frequentadores dos cafés da Rua do Ouvidor, no íntimo de cada um essa parcela da população carioca lá ia, seja pelos mais diversos motivos. E, afinal, se grande parte era praticante dessas religiões, mesmo que como uma segunda crença, e se uma grande parte sabia que os demais também a praticavam,

por que toda essa discriminação com esses cultos? Seria, simplesmente, pelo fato de eles não serem provenientes de Paris ou Londres e sim da costa africana? Em um momento em que o Brasil queria se firmar no rol das nações civilizadas, praticar a religião dos pretos não seria o melhor indicador dessa “evolução social” brasileira. O certo mesmo, aos olhos dessa elite, seria acabar com essas práticas, que eram vistas na contramão da caminhada civilizatória. Mas, o outro ponto desse problema seria: será que essa mesma elite, que desprezava publicamente essas práticas, deixaria que elas fossem varridas da cidade do Rio de Janeiro?

Talvez João do Rio esteja aqui para nos dar uma resposta. Ele também não nos indica o que essas pessoas iam lá fazer, ou a que ponto motivadas. O fato é que “as pessoas eminentes não deixam, entretanto, de ir ouvi-los”. A sociedade eminente lá estava também: essas práticas não eram exclusivas dos pobres ou dos negros. Todas as classes sociais as praticavam, independentemente de como ou do por que. E João do Rio, que afirma ter frequentado os lugares dessas práticas, escutava os nomes eminentes, conhecidos. Ora, nomes conhecidos leia-se os poderosos nomes de certas famílias cariocas da época. E como esses nomes surgiam e eram relacionados pelo repórter com *empregos na polícia, na Câmara, relações no Senado*, isso pode nos indicar que essas pessoas procuravam essas práticas religiosas buscando, através da ajuda do espiritual, relações que as favorecesse em vida, materialmente, no plano terreno da existência, deixando para a religião oficial, o catolicismo muitas vezes, a salvação da alma. Mesmo se se tratasse de questões amorosas, ainda estamos tratando do plano terreno, de uma busca religiosa para intervenções no cotidiano. João do Rio em nenhum momento nos informa isso ou mesmo supõe algo do gênero. Mas se pensarmos que os seus relatos sobre as pessoas eminentes que frequentavam esses cultos, e mesmo as descrições que o cronista faz acerca dos trabalhos cotidianos por eles feitos relacionam-se com situações cotidianas, com desejos materiais, é de supor-se que essa procura aos babaloxás seja por isso, por questões cotidianas.

Como já afirmamos anteriormente, a riqueza de detalhes sobre essas práticas religiosas empregada por João do Rio é extrema, dando a entender que o cronista realmente vivenciou essas práticas por um longo período. E como já ressaltamos também, não é nelas que vamos nos focar neste trabalho. Vale ressaltar que com o decorrer da narrativa, novas referências às pessoas de alta classe são feitas, simbolizando a prática desses cultos por elas e, retratadas, de

uma certa maneira, para a infelicidade do autor, como deturpantes de uma maneira aceitável de vida social. Já, antecipadamente, com o perdão do leitor pela citação demasiada longa:

*Eu vi senhoras de alta posição saltando, às escondidas, de carros de praça, como nos folhetins de romances, para correr, tapando a cara com véus espessos, a essas casas; eu vi sessões em que mãos enluvadas tiravam das carteiras ricas notas e notas (...).*

*Tive nas mãos, com susto e prazaz[pesar], fios longos de cabelos de senhoras que eu respeitava e continuarei a respeitar nas festas e nos bailes (...). Um babaloxá da Costa da Guiné guardou-me dois dias às suas ordens para acompanhá-lo a lugares onde havia serviço, e eu o vi entrar misteriosamente, entrar em casas de Botafogo e da Tijuca, onde, durante o inverno, há recepções e conversaciones às cinco da tarde como em Paris e nos palácios da Itália. (...) tílburis paravam à porta, cavalheiros saltavam, pelo corredor estreito desfilava um resumo da nossa sociedade, desde os homens de posição às prostitutas derrancadas, com escala pelas criadas particulares. De uma vez mostraram-me o retrato de uma menina que eu julgo honesta.*

*- Mas para que isso?*

*- Ela quer casar com este.*

*Era a fotografia de um advogado.*

*- E vocês?*

*- Como não quer dar mais dinheiro, o servicinho está parado. A pequena já deu 350.*

*Tremi romanticamente por aquela ingenuidade que se perdia nos poços do crime à procura do amor...*

*Mas esse caso é comum. Encontrei papelinhos escritos em cursivo inglês, puro Coração de Jesus, cartões, bilhetes, pedaços de seda para misteres que a moralidade não pode desvendar. Eles diziam os nomes com reticências, sorrindo, e eu acabei humilhado, envergonhado, como se me tivessem insultado (JOÃO, do Rio, 2012:61-62).*

Talvez uma descrição como essa do comportamento social de uma elite que participa de práticas culturais populares para o período não exista em nenhuma parte da literatura nacional. Aqui, de acordo com João do Rio, é mais do que corriqueira a participação da elite, da alta sociedade carioca, nas práticas de cultos afro-brasileiros. Desde as *senhoras de alta posição saltando, às escondidas, de carros de praça*, de serviços em *casas de Botafogo e da Tijuca*. Ou seja, essa elite carioca, ou ao menos uma parte dela, tinha inserido em seu modo de vida, em seu cotidiano, em suas crenças, esses cultos afro-brasileiros. Não era apenas o *footing* pela Avenida Central, as subidas para Petrópolis ou as viagens à Europa: as observações de João do Rio nos mostram que essa elite era uma assídua frequentadora dos cultos afro-brasileiros, mesmo sendo estes considerados como de segundo escalão ou anti-civilizatório.

Podemos destacar ainda alguns pontos da passagem acima citada: as crônicas referentes a esse trabalho de João do Rio, bem como o livro posteriormente publicado, foram amplamente lidas pela sociedade carioca, gerando uma forte repercussão. Ou seja, João do Rio, mesmo sem citar nomes ou fisionomias, indicava a participação da alta classe carioca nas rodas de feitiço. Entretanto, no início dessa passagem ainda há um indício maior de que era sabido que, mesmo entre as pessoas de alta classe, essas práticas eram corriqueiras: “eu vi senhoras de alta posição saltando, às escondidas, de carros de praça, *como nos folhetins de romances...*”. Ora, a que poderia nos remeter esse “como nos folhetins de romances”? Se essa prática, de senhoras de alta classe irem buscar ajuda ou conselhos dos feiticeiros já era narrada nos folhetins, significa que isso era mais comum do que se esperava de uma classe que publicamente desprezava esses cultos. Se esse costume já era narrado abertamente nos romances, significa que não havia o porquê de esconder esse hábito da alta sociedade – afinal, ele está preso a ela. João do Rio teria aqui, portanto, contribuído para divulgar a existência dessas práticas entre os brancos. Estudando a fundo os cultos afro-brasileiros, o repórter apenas constatou, por si mesmo, o que os romances de folhetim já divulgavam de uma maneira mais ficcional, digamos. O que anteriormente, com os romances, estava apenas em um plano literal, agora, com João do Rio e seu estudo quase antropológico, passa a figurar entre as práticas cotidianas dessas pessoas. Evidentemente que para os seus praticantes isso não era segredo nenhum, possivelmente cada um deles sabendo quem os praticava e quem se abstinha. Talvez isso ainda fosse segredo para o modelo republicano que desejava se impor, e que pretendia banir do novo Rio de Janeiro essas práticas.

Outro ponto interessante da passagem acima pode dar uma prova dessa miscelânea toda que era a sociedade carioca do período. Quando o cronista narra “tílburis paravam à porta, cavalheiros saltavam, pelo corredor estreito desfilava um resumo da nossa sociedade, desde os homens de posição às prostitutas derrancadas, com escala pelas criadas particulares”. Mesmo não sendo rica em detalhes, essa passagem nos mostra que a fronteira entre o erudito e o popular nessa sociedade era mais tênue do que se aparentava. Cavalheiros de posição iam buscar os serviços religiosos nos mesmos locais onde encontravam-se prostitutas derrancadas e criadas. Bem, se assim era, não podemos dividir essa sociedade entre a elite, geralmente branca, praticante do catolicismo, do positivismo, da maçonaria (ou de qualquer outra prática

religiosa geralmente atribuída a essa classe social); e o povo, praticante de cultos considerados como periféricos, que seria o caso das práticas afro-brasileiras. Esse intercâmbio existia, e João do Rio narra a parte que normalmente se tenta esconder: da elite procurando o popular. Não era uma questão da elite, instruída e educada, ensinar ao povo o que era o correto, o civilizado. Era essa elite buscando conforto espiritual em práticas oriundas do popular, que eram estigmatizadas pela alta classe e, no contexto de reforma urbana do período, taxado como um empecilho à ascensão brasileira ao mundo civilizado. Como destacou João do Rio, o local dos feitiços era frequentado por um resumo daquela sociedade; um local onde havia espaço para todos.

Mas, mesmo sabendo que a prática desses cultos afro-brasileiros pela elite carioca era conhecida pelo seu círculo social (talvez a contra gosto, mas era), e que existia essa fluidez cultural, com a possibilidade de participação dessa elite nos círculos de feitiço, o saber que esses cultos eram praticados por essa elite não era bem visto dentro de seu próprio círculo social. Isso é notório na passagem, quando os feiticheiros começam a narrar para João do Rio os nomes das pessoas de alta classe que os procuravam e o repórter acabou por “humilhado, envergonhado, como se me tivessem insultado”. Por que se sentiria humilhado, envergonhado, insultado João do Rio ao saber das pessoas que recorriam aos feiticheiros? Ao ler essa crônica, é notório o desprezo que João do Rio sente por essas pessoas, pelos feiticheiros (afinal, tudo foi visto através dos seus olhos de civilizado), mas o fato de saber que pessoas de elite buscavam amparo em crenças narradas por ele (e consideradas por muitos) como inferiores não pode responder a questão de ele ter se sentido insultado. João do Rio aqui sente o que uma classe social toda sentiria ao saber que os seus integrantes, tidos como intelectuais, cultos e de boa índole, participam desses cultos considerados por essa mesma classe como inferiores e de má índole.

E a maneira de narrar, de referir-se a cada um é exemplar aqui. Ao referir-se aos brancos da elite, João do Rio sempre os expõem em sua narrativa como distinto cavalheiro, damas de alta posição, senhoras respeitáveis, pessoas de nome, influentes... Enfim, destacando-os de forma a indicar que são pessoas de relevo nessa sociedade, mesmo que não se referindo a eles nominalmente. Já os demais são sempre estereotipados, porque, como já notamos, são vistos aos olhos de civilizado de João do Rio. Assim, o feiticheiro que ele visita é

retratado com um “cérebro restrito de africano”, um “pobre-diabo [que] vive assustado com a polícia, com os jornais, com os agentes”, e que não era capaz de compreender as “transformações fantásticas” pelas quais passava a cidade (JOÃO, do Rio, 2012:81). Para João do Rio as transformações urbanísticas do Rio de Janeiro de então eram fantásticas; e de tão fantásticas que eram, o “pobre-diabo” não conseguia entendê-las. Talvez esse seja apenas um indício implícito de que essa “Paris tropical” que se construía não pertenceria a todos os seus habitantes.

As questões que ficam então são: por que a necessidade de todo esse respeito para com os brancos que praticam os cultos afro-brasileiros? Já que há um forte estigma contra os seus feiticeiros, porque tentar salvaguardar a imagem de praticantes que pertencem a outro estrato social? Afinal de contas, se essas práticas religiosas eram execradas pela sociedade dita “civilizada”, por que os seus praticantes brancos e de alta classe mereciam mais respeito e consideração do que os demais?

Bem, questões difíceis essas, onde talvez a única resposta esteja enterrada juntamente com João do Rio. Mas podemos fazer algumas suposições. Considerando-se a posição de João do Rio nessa sociedade, em que ele repudia o popular (mesmo tendo-o estudado a fundo), e busca o seu reconhecimento pela alta classe carioca; e também observando o contexto da época, onde João do Rio é um dos mais fervorosos defensores do processo de modernização da cidade, fica claro qual partido que o repórter quer seguir dentro dessa divisão social. O mundo de João do Rio é a alta sociedade, os grandes bailes, a Avenida Central e a Rua do Ouvidor, Botafogo e a Tijuca. E considerando-se pertencente a esse mundo, João do Rio o defende com unhas e dentes, afinal, “os grupos mais poderosos, (...) veem-se como pessoas ‘melhores’, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros” (ELIAS; SCOTSON, 2000:20). Logo, João do Rio, que tinha o sentimento de pertença a esse grupo, utilizava-se de caracterizações diferentes para as personagens que aparecem em suas crônicas. João do Rio, ao descrever os rituais que participa, retrata de tal maneira o ocorrido que dá-nos a entender que as “senhoras elegantes” que lá iam, eram atraídas e enganadas pelos feitiços dos malvados africanos, como se elas fossem totalmente puras, mas que os malvados feiticeiros, na ingenuidade das senhoras, as corrompiam. E também é notório destacar que “o grupo

estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores” (ELIAS; SCOTSON, 2000:20). Assim, mesmo que frequentadores dos mesmos cultos, enquanto os pretos eram retratados como “pobres-diabos”, os brancos ainda eram respeitosamente chamados de “ilustre cavalheiro”.

O sentimento de pertença ao grupo dos estabelecidos fazia com que João do Rio os retratasse como superiores, mesmo quando esses praticavam cultos que não diziam respeito ao seu grupo social. É essa “atribuição de características superiores” que nós vemos refletida na obra de João do Rio. Afinal de contas, como ele se via inserido no grupo dos estabelecidos, nada mais natural que ele considerasse as pessoas enquadradas nesse grupo como superiores, como dotadas de um senso natural de civilidade. Assim, mesmo que com um pequeno deslize nas suas maneiras, eles ainda mereceriam essa distinção.

E mesmo que uma parte dessa elite cometesse um desrespeito ao código de conduta dos estabelecidos, isto é, praticar cultos religiosos dos outsiders, a ideia de que ser civilizado era ser superior prevalecia, fazendo com que as pessoas da classe alta que fossem atrás dessas práticas religiosas fossem distinguidas na literatura de João do Rio como “ilustres”. Reiteremos: a ideia desse pertencimento de classe era tamanha que as descrições são feitas insinuando que essa elite era atraída a esses lugares da forma mais torpe possível. A total descaracterização dos africanos também remete a essa superioridade. Esse sentimento de ser um estabelecido é o que pode explicar o tratamento diferenciado dado nas suas crônicas a dois tipos diferentes de frequentadores do mesmo culto. Assim, a prática religiosa é relegada a um segundo plano; se os seus praticantes pertencem ao seu mesmo meio, ou convivem diretamente com ela, são descaracterizados também; mas se é alguém de fora que a procura, um estabelecido nesse caso, o tratamento dado é diferente. No final das contas seria quase como se essa prática religiosa não importasse: o sentimento de superioridade de pertencer aos estabelecidos é tamanho que esse pequeno desvio de comportamento é visto como momentâneo pelo repórter; desvio de comportamento esse que o projeto de civilizar a cidade – projeto esse que apenas os estabelecidos conseguem compreender – tenderia a corrigir.

Destarte, a obra de João do Rio nos indica que os brancos praticavam as religiões afro-brasileiras, ao contrário do que ensinava o projeto remodelador da cidade, onde o que não fosse considerado civilizado deveria ser extirpado. Além do mais, e o que realmente

gostaríamos de destacar, é que através da obra do cronista percebe-se essa distinção das religiões com base no ser civilizada ou não. Portanto, até mesmo as religiões entrariam no escopo civilizatório do Rio de Janeiro.

E já que as religiões também teriam o seu espaço nesse debate, como acabar com práticas tidas como inferiores se uma parcela da própria elite delas participa? Talvez fosse impossível civilizar o Rio de Janeiro ao modo europeu, como uma cultura estritamente europeia, pois esses costumes já estavam arraigados naquela sociedade: o pertencer à elite seria uma convicção que dominaria corações e mentes.

E esse sentimento de pertença a um grupo social é curioso sobre João do Rio: o cronista se considerava pertencente ao estrato superior dessa sociedade, mesmo, na maior parte das vezes, essa elite repudiando o escritor, ou não aceitando-o em seus círculos. O próprio exemplo da Academia Brasileira de Letras é ilustrativo a esse respeito, onde muitos dos colegas imortais do cronista o ignoravam. E em contra partida disso João do Rio simplesmente renegava o popular, tratando como inferior sua cultura ou qualquer tipo de manifestação oriunda do povo. Portanto, a ambiguidade de João do Rio se confunde com a sua condição de estabelecido e outsider: o cronista se considerava um estabelecido, se auto incluindo no extrato superior da sociedade – isso fica claro na maneira que ele descreve os brancos em seus textos, por exemplo, ou ainda no modo como ele defendia os projetos “civilizadores” da cidade. Mas, em contrapartida, ele é tido como um outsider pelas pessoas pertencentes ao grupo dos estabelecidos: tanto pela sua condição de mulato, como também por um certo fascínio que João do Rio carrega consigo desse submundo carioca, que o leva a fazer as reportagens sobre os mais torpes antros da cidade, exaltando as ruas e o populacho em suas crônicas. Destarte, a nosso ver, João do Rio acaba sendo uma figura ambígua: tenta ser um estabelecido, mas não consegue plenamente; e demonstra não ser um outsider, mas, ao mesmo tempo que repugna esse modo de ser, é presa do fascínio desse mundo.

O que possibilitou, portanto, toda essa riquíssima descrição do Rio de Janeiro do começo do século XX foi essa ambiguidade da figura do cronista: fazendo pouco caso das manifestações populares ao mesmo tempo em que sente-se envergonhado por ver se corromperem as pessoas da elite, pessoas essas que ele julgava como iguais a ele.

## Referências

ASSIS, M. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

JOÃO, do Rio. *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. História e literatura: uma *velha-nova* história. In.: COSTA, C. B. da; MACHADO, M. C. T. (Orgs.). *Literatura e história: identidades e fronteiras*. Uberlândia; UDUFU, 2006.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.